

### Instruções

Você está recebendo:

- este caderno com o enunciado das questões objetivas, discursivas e relativas às suas impressões sobre a prova, obedecendo à seguinte distribuição:

Partes	Questões	Páginas	Valor
Questões discursivas	1 a 5	2 a 3	100
Rascunho das questões discursivas	*	3	---
Questões objetivas	1 a 40	4 a 9	100
Impressões sobre a prova	41 a 49	10	---

\* São apresentadas 5 (cinco) questões e devem ser respondidas somente 2 (duas).

- 1 Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas e de impressões sobre a prova. O desenvolvimento e as respostas das questões discursivas, a caneta esferográfica de tinta preta, deverão ser dispostos nos espaços especificados.

Verifique se este material está em ordem e se o seu nome na Folha de Respostas está correto. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos Responsáveis pela sala.

Após a conferência, você deverá assinar a Folha de Respostas, a caneta esferográfica de tinta preta, e assinalar o gabarito correspondente à sua prova ①, ②, ③ ou ④.

Na Folha de Respostas, a marcação das letras, correspondentes às suas respostas (apenas uma resposta por questão), deve ser feita preenchendo todo o alvéolo a lápis preto nº2 ou a caneta esferográfica de tinta preta, com um traço contínuo e denso.

Exemplo: A B C D E

Tenha cuidado com a Folha de Respostas, para não a dobrar, amassar ou manchar.

Não são permitidas consultas a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie, ou utilização de calculadora.

Você pode levar este Caderno de Questões.

Quando terminar, entregue a um dos Responsáveis pela sala a Folha de Respostas e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que nenhum graduando deverá retirar-se da sala antes de decorridos 90 (noventa) minutos do início do Exame.

OBS.: Caso ainda não o tenha feito, entregue ao Responsável pela sala as respostas da Pesquisa e as eventuais correções dos seus dados cadastrais. Se não tiver trazido as respostas da Pesquisa você poderá enviá-las diretamente ao INEP (Edifício - Sede do MEC, Anexo I - Esplanada dos Ministérios, Bloco "L" - Brasília, DF - CEP 70047-900).

Você terá 4 (quatro) horas para responder às questões objetivas, discursivas e de impressões sobre a prova.

**OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!**

DIREITO

---

## 1ª PARTE

### Atenção:

- Devem ser respondidas somente duas das cinco questões propostas.
- Uma das questões deverá ser respondida na frente da Folha de Respostas e a outra no verso.
- Assinale, na frente e no verso, o número correspondente à questão escolhida.
- Valor de cada questão 50,0 pontos.

### Questão 1

"Em Portugal e no Brasil o papel da jurisprudência é significativo. Muitas soluções tidas por assentes, nos últimos tempos de vigência do Código Civil português de 1867, eram de facto muito mais de filiar na jurisprudência que no Código, a que formalmente se referiam. E o mesmo diremos de muitas das soluções hoje obtidas no Brasil.

Em todo o caso, devemos dizer que a relevância prática da jurisprudência nunca terá sido tão grande como noutros países.

Para isso terá contribuído em Portugal um certo alheamento da doutrina em relação à vida judiciária, bem como um excessivo individualismo dos nossos julgadores, que têm dificultado a criação de correntes jurisprudenciais estáveis.

A publicação do novo Código Civil diminuiu logicamente o relevo da jurisprudência civil.

*Quanto ao Brasil, há uma excessiva desenvoltura da jurisprudência perante a lei, que por vezes leva a soluções claramente **contra legem**. Mas essa tendência não tem levado à proclamação teórica da independência do juiz perante a lei. E até podemos dizer que essa mesma liberdade jurisprudencial se torna um óbice à formação de correntes jurisprudenciais estáveis, pois cada juiz facilmente põe de novo tudo em questão, impressionado sobretudo pelas particularidades do caso concreto.*" (ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito: introdução e teoria geral; uma perspectiva luso-brasileira. 10.ed. revista. Coimbra: Almedina, 1999. p. 314)

**A partir do texto, analise a lei e a jurisprudência como fontes do Direito; a independência e a criatividade do juiz; a admissão, no direito brasileiro, de soluções jurisprudenciais *contra legem*; o significado de eventual súmula vinculante no que se refere às mencionadas *liberdade jurisprudencial e formação de correntes jurisprudenciais estáveis*.**

---

### Questão 2

O jornal "A Tribuna Mineira", impresso em Belo Horizonte, Minas Gerais, e de circulação restrita à Comarca de Toninhas, no mesmo Estado, no dia 31 de março de 2000, publicou: "Jonas de Melo, Professor da Escola Municipal Santo Ignácio do Município de Toninhas, afirmou que o Secretário de Finanças desse município, João Slovak da Silva, tem vendido material escolar destinado às escolas municipais à Papelaria do Estudante, desta cidade, pertencente a seu primo."

No dia seguinte, ao ser procurado pelo Secretário, que queria explicação a respeito da notícia jornalística, o professor Jonas, na Escola Municipal Santo Ignácio e na presença de várias pessoas, disse ao Secretário que ele era "safado e ladrão".

O secretário João Slovak da Silva procurou um advogado a quem afirmou ser falsa a notícia veiculada e a quem entregou, além de exemplar do jornal, declarações assinadas das pessoas que ouviram Jonas ter afirmado ser ele "safado e ladrão".

**Na condição de advogado do secretário indique os crimes possivelmente cometidos por Jonas, a existência de eventual concurso, a medida judicial cabível e o juízo competente.**

---

### Questão 3

Um empregado bancário trabalha como escriturário em agência situada na cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul. O contrato escrito, celebrado entre empregado e empregador, contém cláusula que prevê a possibilidade de transferência do empregado para qualquer agência no território nacional.

O empregado recebeu ordem escrita de transferência, devendo apresentar-se na agência da cidade de Gurupi, em Tocantins, para prestar os mesmos serviços, por período de seis meses. Não houve menção dos motivos que levaram o empregador a alterar o local de trabalho.

O empregado, não sabendo se está obrigado a acatar a ordem de transferência, se essa ordem é ilegal e se há a seu favor alguma providência jurídica em caso de recusa, além de eventual ressarcimento cabível, procura um advogado.

**Como advogado do empregado oriente-o quanto aos seus direitos, considerando, dentre outros pontos, se o empregado está obrigado a aceitar a transferência; se, em caso de discordância, pode socorrer-se de alguma medida judicial, e se, aceita a transferência, tem direito a algum ressarcimento.**

---

### Questão 4

**Caio** levou seu veículo para conserto na oficina mecânica **Carro & Acessórios Ltda**, sociedade composta pelos sócios **João** e **Pedro**, que possuem, respectivamente, 10% e 90% das quotas, tendo ambos poderes de gerência. Foi atendido por **João**, que instalou pessoalmente a peça necessária para reparo do veículo. Vinte dias depois, por defeito de fabricação, a peça danificou o motor, que foi substituído, na mesma data, em uma concessionária.

Retornando imediatamente à oficina, **Caio**, como consumidor, exigiu a reparação do prejuízo financeiro. Atendido por **Pedro**, este esclareceu que **João** não era mais sócio, pois fora excluído em razão do desaparecimento da *affectio societatis*, tendo sido a alteração do contrato social encaminhada a registro na Junta Comercial. Também, no entender de **Pedro**, somente **João** era responsável pelos danos, por ter sido ele quem instalara a peça defeituosa. **Pedro** disse, ainda, que a sociedade não tinha recursos para ressarcir os prejuízos.

**Caio** comprovou que a oficina se arruinara por má administração do sócio **João**, e que deixara, por isso, de honrar suas obrigações. Porém, argumentou que a responsabilidade era solidária, da sociedade e dos sócios. **Pedro**, todavia, alegou que a sociedade era por quotas de responsabilidade limitada, acrescentando que, se a sociedade fosse demandada, promoveria a denúncia da lide ao fabricante da peça.

**Analise a questão esclarecendo, dentre outros pontos, se a Junta Comercial pode registrar a alteração do contrato social excluindo sócio por decisão da maioria; quem responde pelos prejuízos de Caio em razão dos danos causados no motor pela peça defeituosa e se é possível a denúncia da lide referida por Pedro.**

---



## 2ª PARTE

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 6 considere este hipotético **Projeto de Lei**:

**Art. 1º** Esta lei disciplina o uso da Internet para difusão de informações, comunicação pessoal e empresarial, bem como as atividades econômicas e relações jurídicas vinculadas.

**Art. 2º** Antes de iniciar suas atividades, a empresa de comercialização de produtos ou serviços pela Internet deverá obter a aprovação do órgão federal competente, renovável a cada cinco anos, comprovando o atendimento das exigências de capacitação técnica e econômica previstas em lei específica.

**Parágrafo único** - A empresa que, na realização de seus objetivos sociais, utilize serviços de pessoas físicas para desenvolvimento de sua atividade fim, será considerada empregadora desde que comprovadas a pessoalidade e a fiscalização direta dos trabalhos, mesmo quando os serviços sejam realizados por empresa interposta, assegurando-se ao contratado todos os direitos decorrentes do contrato de trabalho.

**Art. 3º** A capacidade dos contratantes será condição de validade das transações efetuadas pela Internet para débito eletrônico em conta bancária.

**Art. 4º** Considera-se crime informático, punido com pena de um a três anos de reclusão e multa, o acesso, sem autorização, aos registros de computador alheio, com a finalidade de causar dano, alterar informações ou obter qualquer outra vantagem ilícita.

§ 1º - A pena será acrescida de um terço se o agente divulga o conteúdo do registro.

§ 2º - A pena será reduzida de um terço se o agente não é reincidente e não houve perda dos registros.

§ 3º - O crime será punido com pena de dois a cinco anos de reclusão se:

- I - o agente ingressou em computador situado em outro país;
- II - o ingresso ocorreu em computador de órgão público.

**Art. 5º** A competência para o julgamento dos crimes informáticos é da Justiça Federal, só se procedendo mediante ação penal pública incondicionada, ficando vedada a ação penal privada subsidiária da pública.

§ 1º - O prazo de decadência para oferecimento da denúncia é de seis meses após o conhecimento da autoria pelo ofendido ou pela autoridade policial.

§ 2º - Se a comarca em que foi cometido o crime não for sede da Justiça Federal, a denúncia poderá ser oferecida por membro do Ministério Público Estadual perante juiz estadual, sendo o recurso julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

§ 3º - O juiz poderá, em despacho fundamentado, determinar a quebra do sigilo dos dados constantes do computador do investigado ou acusado.

**Art. 6º** As disposições dessa lei deverão ser observadas estritamente pelos aplicadores, sendo vedada qualquer interpretação.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

1. O objetivo do art. 2º, *caput*, do Projeto, ao dispor sobre a empresa de comercialização de produtos ou serviços pela Internet, é
  - (A) estabelecer uma condição para aquisição de personalidade jurídica.
  - (B) impor a celebração de contrato de gestão entre essa empresa e o órgão federal.
  - (C) sujeitar essa empresa ao poder de polícia da Administração Pública Federal.
  - (D) submeter essa empresa ao regime das permissionárias de serviço público federal.
  - (E) conferir à União competência discricionária para evitar o funcionamento das empresas que não atendam às exigências legais.
2. O reconhecimento do contrato de trabalho, no art. 2º, parágrafo único, do Projeto, deve ser considerado
  - (A) incorreto, porque a empresa interposta é também pessoa jurídica.
  - (B) incorreto, porque não havendo fiscalização direta é irrelevante tratar-se de atividade meio ou atividade fim.
  - (C) incorreto, porque não pode haver contrato de trabalho ainda que uma das partes seja pessoa física.
  - (D) correto, porque, estando presentes os requisitos que configuram o contrato de trabalho, são consideradas empregadoras a empresa interposta e a tomadora de serviços.
  - (E) correto, porque, estando presentes os requisitos que configuram o contrato de trabalho, é considerada empregadora a empresa tomadora de serviços.
3. **A** com dezessete (17) anos de idade, tendo ocultado dolosamente sua idade, efetuou pela Internet diversas transações eletrônicas, com débito bancário, assumindo obrigações futuras que acabariam por lhe causar graves prejuízos, tudo em razão de sua inexperiência. Considerando-se o art. 3º do Projeto e a legislação geral sobre a capacidade, pode-se afirmar que **A**
  - (A) celebrou contratos nulos de pleno direito.
  - (B) não poderá eximir-se das obrigações assumidas invocando sua situação de pessoa relativamente incapaz.
  - (C) poderá deixar de cumprir as obrigações que não lhe trouxerem qualquer vantagem.
  - (D) poderá invocar o benefício da restituição, ao atingir a maioridade.
  - (E) terá direito a obter, do Banco que efetivou os débitos, a restituição dos respectivos valores, compensando-se os lucros com os prejuízos.
4. É correto afirmar em relação ao art. 4º do Projeto:
  - (A) No § 1º é previsto tipo qualificado e no § 3º é prevista causa de aumento da pena.
  - (B) O crime definido no *caput* é doloso, sendo suficiente o dolo genérico.
  - (C) Nos § 1º e 3º são previstos tipos qualificados.
  - (D) Pode-se aplicar o § 2º quando, apesar de condenação por crime anterior, o novo crime não foi cometido após sentença condenatória transitada em julgado.
  - (E) O crime definido no *caput* poderá ser punido como culposo, quando o acesso ao computador alheio não foi intencional.

<p>5. O art. 5º do Projeto</p> <p>(A) não podia, no <i>caput</i>, vedar a ação penal privada subsidiária da pública.</p> <p>(B) podia estabelecer no <i>caput</i> a competência da Justiça Federal para todos os crimes informáticos.</p> <p>(C) podia delegar ao Tribunal Estadual, conforme § 2º, o julgamento do recurso.</p> <p>(D) podia prever, no § 1º, prazo de decadência para a ação penal pública, em consonância com o sistema já adotado pelo Código de Processo Penal.</p> <p>(E) usou corretamente o vocábulo "despacho", no § 3º, porque o ato de concessão da medida cautelar nele prevista não tem conteúdo decisório.</p>	<p>8. É da índole do princípio federativo clássico a</p> <p>(A) descentralização vertical do poder político.</p> <p>(B) subordinação hierárquica das leis estaduais e municipais à lei federal.</p> <p>(C) padronização das constituições estaduais.</p> <p>(D) tríplice estrutura federativa, com três níveis de governo: federal, estadual e municipal.</p> <p>(E) adoção do regime presidencialista de governo.</p>
<p>6. A disposição do art. 6º do Projeto</p> <p>(A) exemplifica o que é uma norma jurídica vaga e ambígua.</p> <p>(B) promove economia processual e elimina a ambigüidade normativa.</p> <p>(C) ignora que o sentido das palavras ou signos lingüísticos só pode ser definido por interpretação.</p> <p>(D) prevê hipótese de aplicação do direito intertemporal.</p> <p>(E) confere absoluta certeza às relações jurídicas regulamentadas.</p>	<p>9. Prestigiando soluções próprias da democracia participativa, a Constituição Federal estabelece, em condições que especifica,</p> <p>(A) a participação do cidadão, como membro, nas comissões parlamentares de inquérito.</p> <p>(B) a apresentação de propostas de emenda à Constituição por iniciativa popular.</p> <p>(C) o veto popular a projetos de lei contrários ao interesse da comunidade.</p> <p>(D) a legitimação do cidadão para denunciar ilegalidades perante o órgão fiscalizador das despesas públicas.</p> <p>(E) o referendo prévio para a aprovação, pelo Senado Federal, de operações externas de natureza financeira.</p>
<p>7. O Pacto de São José da Costa Rica, ratificado no Brasil por Decreto Legislativo de 26/05/92 e promulgado por Decreto Presidencial de 6/11/92, proíbe a prisão por dívidas, admitindo apenas a decorrente de inadimplemento de obrigação alimentar.</p> <p>A Constituição Federal no art. 5º, LXVII, estabelece que não haverá prisão civil por dívidas, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.</p> <p>Considerando a questão da soberania dos Estados e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no que se refere a documentos internacionais incorporados ao ordenamento brasileiro e eventualmente conflitantes com a Constituição, pode-se afirmar:</p> <p>I. O Pacto de São José, por ser documento internacional promulgado posteriormente à Constituição Federal, a revoga em tudo o que lhe é contrário.</p> <p>II. Aplica-se, no caso do depositário infiel, o Pacto de São José e não a Constituição Federal, porque no Brasil se adota o princípio da prevalência dos tratados internacionais (<i>pacta sunt servanda</i>) definitivamente incorporados ao sistema jurídico nacional.</p> <p>III. Aplica-se a Constituição Federal porque o Pacto de São José integra o ordenamento jurídico brasileiro como lei ordinária que não revoga a Constituição.</p> <p>IV. Aplica-se a Constituição Federal porque o Pacto de São José, embora promulgado posteriormente à Constituição, não é formalmente emenda constitucional modificadora da Constituição.</p> <p>São corretas as afirmações</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) I e IV</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>10. O art. 5º, inciso II, da Constituição Federal estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."</p> <p>Considerando a teoria clássica da aplicabilidade das normas constitucionais, defendida entre nós inclusive por Rui Barbosa, esta norma constitucional é</p> <p>(A) programática.</p> <p>(B) auto-executável.</p> <p>(C) de eficácia limitada.</p> <p>(D) de eficácia contida.</p> <p>(E) de eficácia condicionada.</p> <p>11. Projeto de Lei complementar, de iniciativa de Deputado Federal, disciplinando o exercício de direitos constitucionais, é aprovado por maioria simples em ambas as Casas do Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. Do ângulo do processo legislativo, a lei complementar em que se converteu o projeto é</p> <p>(A) formalmente inconstitucional por usurpação de iniciativa exclusiva do Presidente da República.</p> <p>(B) materialmente constitucional porque a sanção presidencial convalida o vício de iniciativa.</p> <p>(C) formalmente inconstitucional por inobservância do <i>quorum</i> previsto na Constituição para aprovação de lei complementar.</p> <p>(D) materialmente inconstitucional porque disciplina matéria que a Constituição reserva de modo expresso à lei ordinária.</p> <p>(E) formalmente constitucional porque somente por lei complementar pode ser disciplinado o exercício de direitos constitucionais.</p>

<p>12. Segundo o sistema tributário estabelecido pela atual Constituição Federal,</p> <p>(A) pode a União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse econômico nacional, conceder isenção de tributos estaduais e municipais.</p> <p>(B) pode a União condicionar a entrega dos percentuais da arrecadação tributária destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ao pagamento de seus créditos.</p> <p>(C) podem a União e os Estados instituir empréstimos compulsórios, nos casos especiais definidos em lei complementar.</p> <p>(D) pode a União regular o comércio interestadual, estabelecendo, se necessário, limitações ao tráfego de mercadorias, por meio de tributos interestaduais.</p> <p>(E) podem a União, os Estados e os Municípios instituir impostos e taxas sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.</p>	<p>15. Considere o seguinte texto de Miguel Reale "Se desejarmos alcançar um conceito geral de regra jurídica, é preciso, por conseguinte, abandonar a sua redução a um juízo hipotético, para situar o problema segundo outro prisma. A concepção formalista do Direito de Kelsen, para quem o Direito é norma, e nada mais do que norma, se harmoniza com a compreensão da regra jurídica como simples enlace lógico que, de maneira hipotética, correlaciona, através do verbo <i>dever ser</i>, uma consequência C ao fato F, mas não vemos como se possa vislumbrar qualquer relação condicional ou hipotética em normas jurídicas como estas: a) "Compete privativamente à União legislar sobre serviço postal" (Constituição, art. 22, V); b) "Brasília é a Capital Federal" (Constituição, art. 18, parágrafo 1º); c) "Todo homem é capaz de direitos e obrigações na vida civil" (Código Civil, art. 2º); ..." (REALE, Miguel. <u>Lições preliminares de Direito</u>. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 94)</p> <p>Na passagem transcrita, o autor procura</p> <p>(A) defender a noção de norma como juízo hipotético.</p> <p>(B) aderir à concepção positiva de Kelsen.</p> <p>(C) demonstrar a origem jusnaturalista de todas as normas.</p> <p>(D) mostrar que existem normas jurídicas que não podem ser pensadas como juízos hipotéticos.</p> <p>(E) deixar claro que não existe relação de consequência entre as normas constitucionais e as do Código Civil.</p>
<p>13. A Constituição Federal estabelece, no art. 5º, LVII, que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Considere as seguintes afirmações, à luz do artigo transcrito:</p> <p>I. A orientação fixada no Supremo Tribunal Federal é de que a regra constitucional citada não afastou a exigência de recolhimento do réu à prisão para apelar, conforme determina o art. 594 do Código de Processo Penal.</p> <p>II. A regra constitucional citada dá ao acusado o <i>status</i> de inocente e, por isso, incumbe ao Ministério Público provar a sua culpa.</p> <p>III. O Superior Tribunal de Justiça, em face da regra constitucional citada, admite efeito suspensivo no recurso especial.</p> <p>IV. É consagrado o entendimento de que a regra constitucional citada não permite mais prisão durante o processo, só sendo possível prisão após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) I e IV</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>16. José e João são irmãos. Pedro, neto de José, e Maria, neta de João, desejam casar-se. Neste caso, o casamento será</p> <p>(A) inexistente.</p> <p>(B) nulo.</p> <p>(C) anulável.</p> <p>(D) ineficaz.</p> <p>(E) válido.</p> <p>17. Ficará isento de indenizar a vítima com fundamento na responsabilidade civil, o agente que for</p> <p>(A) absolvido no juízo criminal, porque o fato de que foi acusado não constitui crime.</p> <p>(B) absolvido no juízo criminal, porque negada peremptoriamente a autoria.</p> <p>(C) absolvido no juízo criminal por insuficiência de provas.</p> <p>(D) condenado no juízo criminal, mas em seguida anistiado.</p> <p>(E) impronunciado no caso de homicídio doloso tentado.</p>
<p>14. Com as mudanças em curso na sociedade – especialmente a globalização econômica e a propalada crise da soberania dos Estados nacionais – algumas correntes da sociologia jurídica tiveram, nos últimos dez anos, renovado impulso. Dentre elas, podemos destacar</p> <p>(A) as abordagens marxistas de crítica ao direito burguês.</p> <p>(B) o jusnaturalismo católico.</p> <p>(C) as análises neoweberianas do direito material.</p> <p>(D) o "psicologismo" social.</p> <p>(E) as correntes defensoras do pluralismo jurídico.</p>	<p>18. Em relação à hipoteca é correto afirmar:</p> <p>(A) É nula a cláusula contratual que autoriza o credor hipotecário a ficar com o bem, se a dívida não for paga no vencimento.</p> <p>(B) A hipoteca não se extingue pela arrematação do bem.</p> <p>(C) O homem casado sob o regime da separação total de bens não necessita da anuência do cônjuge para hipotecar imóvel adquirido antes do casamento.</p> <p>(D) A hipoteca pode ser celebrada somente por instrumento particular.</p> <p>(E) A hipoteca pode ter por objeto todas as coisas móveis e imóveis.</p>

<p>19. <b>X</b> celebrou contrato de seguro de seu automóvel com a seguradora <b>Y</b>. Decorre de lei que o segurado não pode agravar os riscos. Igualmente, <b>Z</b> celebrou contrato de seguro, nas mesmas condições com <b>Y</b>. Ambos os veículos foram furtados. O de <b>X</b>, em via pública de uma grande cidade, onde fora deixado aberto e com as chaves em seu interior. O de <b>Z</b>, também deixado aberto, em uma pequena cidade, onde era costume deixar os veículos abertos. Negando-se a seguradora a pagar a indenização a ambos, embora os prêmios estivessem quitados, cada qual ajuizou ação de cobrança, sendo que o Tribunal, julgando as apelações, determinou que <b>Z</b> fosse ressarcido, mas <b>X</b> não o fosse, entendendo que, quanto a este, houve efetivo agravamento do risco. A solução que beneficiou <b>Z</b> está amparada em dispositivo legal que manda aplicar, na avaliação dos riscos,</p> <p>(A) a legalidade estrita.  (B) os princípios gerais de direito.  (C) a equidade.  (D) a analogia.  (E) os costumes.</p>	<p>24. O art. 216 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil dispõem:</p> <p><b>Art. 216.</b> A citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo, se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.</p> <p>A norma do <b>parágrafo único</b></p> <p>(A) é inconstitucional por violação ao princípio da igualdade.  (B) revoga a norma constante do <i>caput</i> do artigo.  (C) amplia a extensão da norma constante do <i>caput</i> do artigo.  (D) contém exceção à norma expressa no <i>caput</i> do artigo.  (E) estabelece o princípio de não haver pessoa ou lugar imune à citação inicial.</p>
<p>20. A sociedade anônima</p> <p>(A) pode ser adotada por sociedade de advogados.  (B) pode ser adotada por cooperativas.  (C) não pode obter concordata.  (D) é sempre mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.  (E) não se sujeita à falência.</p>	<p>25. Considerando a seguinte ementa de acórdão do Superior Tribunal de Justiça:</p> <p>"EMENTA: Processual Civil – Recurso ordinário em mandado de segurança – Licença para exploração e extração de minérios – Impetração posterior ao prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias – Violação ao art. 18 da Lei Mandamental nº 1.533/51 – Extinção do feito, pelo mérito (art. 269, IV, do CPC)."</p> <p>(RSTJ126/69)</p> <p>é possível afirmar que o direito à licença para exploração e extração de minérios</p> <p>(A) não poderá ser discutido em ação própria, se a verdade dos fatos foi o fundamento do acórdão, pois, então, haveria coisa julgada material contra o impetrante.  (B) poderá ser discutido em outro processo, por ação própria, porque, declarada a decadência para o exercício da ação mandamental, a decisão não fez coisa julgada material contra o impetrante.  (C) não poderá ser discutido em outro processo, porque a parte dispositiva do acórdão fez coisa julgada material contra o impetrante, impedindo-lhe o uso da ação própria.  (D) poderá ser rediscutido nos mesmos autos, porque em mandado de segurança não há coisa julgada formal nem material contra o impetrante, faltando-lhe interesse de agir mediante a ação própria.  (E) não poderá ser discutido em outro processo, porque a decisão, proferida em recurso ordinário em mandado de segurança, sempre faz coisa julgada material contra o impetrante, impedindo-lhe o uso da ação própria.</p>
<p>21. Em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a omissão da palavra "limitada" na denominação social acarreta a responsabilidade ilimitada e solidária</p> <p>(A) de todos os sócios.  (B) apenas dos sócios-gerentes.  (C) de todos os sócios-gerentes e dos que fizerem uso da firma social.  (D) apenas dos que fizerem uso da firma social.  (E) apenas dos sócios que tiverem seus nomes inseridos na firma social.</p>	
<p>22. É correto afirmar que o aval</p> <p>(A) transfere e garante o título de crédito.  (B) transfere a propriedade do título de crédito.  (C) garante o pagamento do título de crédito e não pode ser parcial.  (D) é obrigação acessória em relação ao título de crédito.  (E) garante o pagamento do título de crédito e pode ser parcial.</p>	
<p>23. Se um credor promover ação de cobrança contra dois devedores solidários, haverá, no pólo passivo,</p> <p>(A) litisconsórcio facultativo.  (B) assistência simples.  (C) assistência litisconsorcial.  (D) denúncia da lide.  (E) litisconsórcio necessário.</p>	

<p>26. As estratégias para restringir a concorrência não comportam análises simplistas. Apesar disso, algumas ações empresariais são claramente identificadas como limitadoras da rivalidade entre empresas. Dentre elas, podem-se apontar a</p> <p>(A) prática de preços predatórios, as vendas casadas e o controle das fontes de suprimentos.</p> <p>(B) elevação de preços, as vendas livres e o controle das fontes de suprimentos.</p> <p>(C) prática de preços predatórios, as vendas livres e a propaganda abusiva.</p> <p>(D) elevação de preços, as vendas casadas e a propaganda abusiva.</p> <p>(E) prática de preços predatórios, as vendas aleatórias e o controle das fontes de suprimentos.</p>	<p>30. Leia atentamente as seguintes proposições relacionadas com a Administração Pública:</p> <p>I. Os servidores que não sejam dotados de poder de decisão também são obrigados a agir de acordo com princípios da Administração.</p> <p>II. A Administração pode deixar de observar a lei, quando esse for o meio mais eficiente para realização do interesse público.</p> <p>III. Um decreto do Presidente da República não pode regulamentar a forma de cobrança de tributos exigidos por lei federal.</p> <p>IV. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda é exemplo de órgão público.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) I e IV</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) III e IV</p>
<p>27. O conceito de Economia está relacionado</p> <p>(A) ao equilíbrio entre necessidades limitadas e recursos ilimitados.</p> <p>(B) à produção constante de mercadorias que rechacem a escassez.</p> <p>(C) à conjugação de necessidades infinitas e recursos escassos.</p> <p>(D) à eliminação da escassez pela eficiência do mercado.</p> <p>(E) à administração da riqueza pública.</p>	<p>31. O art. 1º e seu § 1º da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, dispõem:</p> <p><b>Art. 1º</b> Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.</p> <p><b>§ 1º</b> Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.</p>
<p>28. O processo de negociação coletiva constitui</p> <p>(A) o único pressuposto necessário à elaboração da convenção coletiva.</p> <p>(B) etapa necessária à celebração da convenção coletiva, sempre nos estritos termos da lei ordinária.</p> <p>(C) pressuposto para a convenção coletiva, desde que previsto nas normas estatutárias.</p> <p>(D) pressuposto essencial, salvo se não se tratar de processo bilateral de elaboração da convenção coletiva.</p> <p>(E) um dos pressupostos fundamentais da convenção coletiva, já que o processo de negociação é sempre bilateral.</p>	<p>É exemplo de ato cuja edição NÃO está vinculada ao texto da Lei 9.784/99 transcrito:</p> <p>(A) concessão, por Juiz Federal de primeiro grau, de medida liminar suspendendo o curso de processo licitatório.</p> <p>(B) revogação, pelo Presidente do Senado Federal, de ato funcional praticado por seu antecessor no cargo.</p> <p>(C) anulação, por Superintendente de autarquia da União, de autorização por ele expedida.</p> <p>(D) ato de delegação interna de competência em matéria de execução orçamentária, expedido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) concessão, pelo Ministro de Estado da Justiça, do efeito suspensivo requerido pelo recorrente em processo em trâmite pelo Ministério.</p>
<p>29. Determinada empresa e o sindicato de trabalhadores, representando este todos os empregados do setor de produção desta empresa, ajustam novas condições de trabalho e estabelecem reajuste salarial, num processo de negociação coletiva. O documento subscrito pela empresa e pelo sindicato é</p> <p>(A) um contrato coletivo de trabalho, porque as novas condições ajustadas são fruto de negociação direta entre as partes.</p> <p>(B) um acordo coletivo, porque tem caráter normativo, sendo aplicável aos contratos individuais de trabalho, alcançando apenas uma parcela da categoria.</p> <p>(C) uma decisão normativa, porque as partes decidem ajustar, com força imperativa, novas condições de trabalho e de salário.</p> <p>(D) uma convenção coletiva, porque estabelece normas gerais, de observância obrigatória no âmbito de sua aplicação.</p> <p>(E) um acordo individual plúrimo, porque não ajustado com a totalidade da categoria.</p>	

<p>32. A União pretende desapropriar determinada área por utilidade pública, para atender a projeto do Ministério dos Transportes. Para tanto solicita parecer à sua consultoria jurídica que, entre outras orientações, fixa as seguintes:</p> <p>I. é pressuposto da desapropriação a declaração de utilidade pública da área por meio de decreto, que, no presente caso, pode ser editado pelo Ministro dos Transportes ou pelo Presidente da República;</p> <p>II. uma vez declarada a utilidade pública do imóvel, ficam as autoridades administrativas autorizadas a nele penetrar, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial;</p> <p>III. a desapropriação deverá efetivar-se amigável ou judicialmente dentro de 5 anos contados da data da expedição do decreto expropriatório, sob pena de caducidade deste;</p> <p>IV. caso venha a caducar o decreto expropriatório, um novo decreto, sobre o mesmo imóvel, apenas poderá ser expedido decorridos 10 anos.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II (B) II e III (C) II e IV (D) I, II e III (E) II, III e IV</p>	<p>35. A respeito da Lei Antitóxicos (Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976) considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O crime de cultivar plantas destinadas à preparação de substância entorpecente, para uso próprio, está expressamente definido na Lei.</p> <p>II. As normas incriminadoras, que na Lei se referem a substância que cause dependência física ou psíquica, são normas penais em branco.</p> <p>III. A Lei incrimina a violação do sigilo assegurado aos autos de inquérito policial instaurado para apurar crimes nela definidos.</p> <p>IV. A Lei permite que, em acusação pelo crime de trazer consigo substância entorpecente para uso próprio, o juiz conceda perdão ao acusado se estiver fazendo tratamento.</p> <p>SOMENTE é correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II (B) I e III (C) I e IV (D) II e III (E) III e IV</p> <p>36. Para fixar o acréscimo de pena em virtude de crimes cometidos em continuação (art. 71, <i>caput</i>, do Código Penal), deve o juiz levar em conta</p> <p>(A) os tipos de crimes. (B) as distâncias entre os locais dos crimes. (C) o tempo abrangido pelos crimes. (D) a gravidade dos crimes. (E) o número de crimes.</p>
<p>33. O ofendido, como assistente do Ministério Público, pode interpor</p> <p>(A) apelação, agravo de execução e recurso extraordinário.</p> <p>(B) agravo de execução, embargos de declaração e embargos infringentes.</p> <p>(C) protesto por novo júri, apelação e recurso em sentido estrito.</p> <p>(D) recurso especial, recurso em sentido estrito e embargos infringentes.</p> <p>(E) recurso especial, apelação e embargos de declaração.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 37 a 40 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,</p> <p>(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira. (B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira. (C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa. (D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira. (E) se as duas são falsas.</p> <p>37. O crime de quadrilha ou bando é multitudinário PORQUE quadrilha ou bando é crime que exige mais de três pessoas para ser cometido.</p>
<p>34. Durante a execução de pena privativa de liberdade, o</p> <p>(A) condenado tem direito à remição à razão de um dia de pena por cinco dias de trabalho.</p> <p>(B) condenado deve, necessariamente, ser submetido a exame criminológico.</p> <p>(C) juiz poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança, se sobrevier doença mental.</p> <p>(D) juiz não poderá, se o condenado progrediu para regime semi-aberto, determinar o seu retorno ao regime fechado.</p> <p>(E) condenado, se tiver cumprido dois terços da pena e tiver bom comportamento, terá direito à conversão da pena em multa ou em pena restritiva.</p>	<p>38. A prescrição civil será interrompida, mesmo com a extinção do processo sem julgamento do mérito por inércia do autor PORQUE a citação válida interrompe a prescrição.</p> <p>39. A sentença que concluir pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório PORQUE a rejeição da ação popular poderá ser prejudicial ao patrimônio público eventualmente lesado pelo ato impugnado.</p> <p>40. Empregado que trabalha em sistema de turnos ininterruptos de revezamento tem direito ao cumprimento de jornada de trabalho de seis horas PORQUE o artigo 7º, XIII, da Constituição Federal assegura a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais.</p>

**IMPRESSÕES SOBRE A PROVA**

As questões abaixo visam a levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar e também sobre o seu desempenho na prova. Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião e à razão que explica o seu desempenho nos espaços próprios (parte inferior) da Folha de Respostas. Agradecemos sua colaboração.

<p>41. Qual o ano de conclusão deste seu curso de graduação?</p> <p>(A) 2000.</p> <p>(B) 1999.</p> <p>(C) 1998.</p> <p>(D) 1997.</p> <p>(E) Outro.</p>	<p>46. Como você considera as informações fornecidas em cada questão para a sua resolução?</p> <p>(A) Sempre excessivas.</p> <p>(B) Sempre suficientes.</p> <p>(C) Suficientes na maioria das vezes.</p> <p>(D) Suficientes somente em alguns casos.</p> <p>(E) Sempre insuficientes.</p>
<p>42. Qual o grau de dificuldade desta prova?</p> <p>(A) Muito fácil.</p> <p>(B) Fácil.</p> <p>(C) Médio.</p> <p>(D) Difícil.</p> <p>(E) Muito Difícil.</p>	<p>47. Como você avalia a adequação da prova aos conteúdos definidos para o Provão/2000, desse curso?</p> <p>(A) Totalmente adequada.</p> <p>(B) Medianamente adequada.</p> <p>(C) Pouco adequada.</p> <p>(D) Totalmente inadequada.</p> <p>(E) Desconheço os conteúdos definidos para o Provão/2000.</p>
<p>43. Quanto à extensão, como você considera a prova?</p> <p>(A) Muito longa.</p> <p>(B) Longa.</p> <p>(C) Adequada.</p> <p>(D) Curta.</p> <p>(E) Muito curta.</p>	<p>48. Como você avalia a adequação da prova para verificar as habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas durante o curso, conforme definido para o Provão/2000?</p> <p>(A) Plenamente adequada.</p> <p>(B) Medianamente adequada.</p> <p>(C) Pouco adequada.</p> <p>(D) Totalmente inadequada.</p> <p>(E) Desconheço as habilidades definidas para o Provão/2000.</p>
<p>44. Para você, como foi o tempo destinado à resolução da prova?</p> <p>(A) Excessivo.</p> <p>(B) Pouco mais que suficiente.</p> <p>(C) Suficiente.</p> <p>(D) Quase suficiente.</p> <p>(E) Insuficiente.</p>	<p>49. Com que tipo de problema você se deparou <i>mais freqüentemente</i> ao responder a esta prova?</p> <p>(A) Desconhecimento do conteúdo.</p> <p>(B) Forma de abordagem do conteúdo diferente daquela a que estou habituado.</p> <p>(C) Falta de motivação para fazer a prova.</p> <p>(D) Espaço insuficiente para responder às questões.</p> <p>(E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.</p>
<p>45. As questões da prova apresentam enunciados claros e objetivos?</p> <p>(A) Sim, todas apresentam.</p> <p>(B) Sim, a maioria apresenta.</p> <p>(C) Sim, mas apenas cerca de metade apresenta.</p> <p>(D) Não, poucas apresentam.</p> <p>(E) Não, nenhuma apresenta.</p>	